



BB Administradora de Consórcios S.A.

Setor de Autarquias Norte - Brasília-DF - CNPJ 06.043.050/0001-32



Exercício encerrado em 31.12.2021

10 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS

	2º Sem/2021	Exerc/2021	Exerc/2020
Receitas	7.525	16.172	18.698
Taxa de permanência	7.037	15.604	14.866
Outras	488	568	3.832
Despesas	(200.975)	(300.386)	(196.391)
Ressarcimento de encargos e despesas ao Banco do Brasil S.A.	(62.618)	(112.742)	(87.512)
Remuneração aos parceiros comerciais	(35.287)	(63.263)	(71.107)
Tarifas DBT - ressarcimento aos grupos	(55.615)	(55.615)	--
Taxas e tarifas bancárias	(18.897)	(33.455)	(24.754)
Variações monetárias passivas	(13.363)	(13.631)	(2.492)
Outras	(15.195)	(21.680)	(10.526)
Total	(193.450)	(284.214)	(177.693)

11 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Sem/2021	Exerc/2021	Exerc/2020
Receitas Não Operacionais			
Reversão de Seguro Quebra de Garantia/Franquia	471	471	--
Despesas Não Operacionais			
Operações de consórcios - Quebra de Garantia	--	--	(9.377)
Seguro Quebra de Garantia/Franquia	--	--	(7.849)
Total	471	471	(17.226)

12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 363.783 mil (R\$ 280.583 mil em 31.12.2020) está dividido em 14.100 ações ordinárias, representadas na forma escritural e sem valor nominal.

b) Dividendos e Distribuição do Lucro Líquido

	2º Sem/2021	Exerc/2021	Exerc/2020
Base de Cálculo	461.348	825.329	518.387
- Lucro líquido	485.630	868.768	545.670
- Reserva legal constituída no período	24.282	43.439	27.283
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	115.337	206.332	129.597
Dividendo adicional	346.011	618.997	14.586
Total destinado ao acionista	461.348	825.329	144.183
Reserva estatutária	--	--	374.204
Saldo do lucro líquido ajustado após as destinações	0	0	0

13 - GRUPOS DE CONSÓRCIO

I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE OS GRUPOS

	31.12.2021	31.12.2020
Quantidade de consorciados ativos	1.381.969	1.115.774
Quantidade de consorciados excluídos	461.156	371.862
Quantidade de bens entregues no período	221.112	164.463
Quantidade de bens pendentes de entrega	133.661	86.616
Quantidade de inadimplentes contemplados	53.471	35.281
Quantidade de grupos administrados	283	218
Taxa de administração média ponderada no período	17,73%	16,53%
Taxa de inadimplentes média ponderada de consorciados contemplados	7,52%	6,17%

14 - RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

Desdobramento do Lucro Líquido do período em resultado não recorrente e resultado recorrente

	2º Sem/2021	Exerc/2021	Exerc/2020
Lucro Líquido	485.630	868.768	545.670
Itens Não Recorrentes	--	15.130	187.599
Efeito tributário sobre itens não recorrentes	--	(5.144)	(57.927)
Resultado Recorrente	485.630	878.754	675.342

Extrato das informações relevantes contempladas no relatório dos Auditores Independentes

As demonstrações contábeis completas referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/sobre-nos/elbb/bb-consorcios/informacoes-financeiras/>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 10 de março de 2022, sem modificações.

Extrato das informações relevantes contempladas no relatório do Conselho Fiscal

O Relatório do CONSELHO FISCAL DA BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A., datado de 10 de março de 2022, emitido em conjunto com as demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, encontra-se disponível no endereço eletrônico <https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/sobre-nos/elbb/bb-consorcios/informacoes-financeiras/>. O referido relatório opina que os documentos avaliados no âmbito daquele Conselho encontram-se em condições de serem encaminhados para aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

TRABALHO / Enquanto o governo federal avalia conceder uma reposição linear de 5% a servidores do Executivo, categorias organizam paralisações. Funcionários do BC afirmam que protesto pode prejudicar o Pix

Tensão entre reajuste e greve

» FERNANDA STRICKLAND

Fonasefe/Divulgação



Ontem, servidores federais fizeram uma caminhada na Esplanada: categorias reclamam que governo se recusa a negociar

A fim de conter a pressão do funcionalismo por reposições salariais, o governo estuda a concessão de um reajuste de 5% para todos os servidores do Executivo federal. A medida custaria aos cofres públicos cerca de R\$ 5 bilhões em 2022.

Para que isso ocorra, no entanto, o governo precisará fazer uma revisão orçamentária, adicionando os R\$ 5 bilhões para o reajuste. Na semana passada, ao divulgar a Revisão Bimestral de Receita de Despesas, o governo federal anunciou o bloqueio de R\$ 1,7 bilhão no Orçamento de 2022 para cumprir o teto de gastos deste ano.

Será preciso, portanto, encontrar uma equação que atenda as diversas categorias de servidores, em um ano eleitoral, e a necessidade de respeitar as medidas de controle fiscal.

Discute-se, nos bastidores da Esplanada, se o limite para definir os reajustes seria 2 de abril, prazo final estabelecido pela legislação eleitoral, ou junho, em razão da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A norma proíbe a criação de despesa até seis meses antes do fim do mandato.

Para o presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, a ausência de

política salarial desde 2019 elevou as perdas do funcionalismo para 30%. "Então, conceder 5% a partir de 2 de abril, conforme possibilita a legislação eleitoral, é completamente insuficiente para recompor o poder de compra dos salários. Pior, é uma verdadeira afronta a mais de 1 milhão de servidores federais civis, ativos e aposentados", protestou.

"Greve severa"

Servidores públicos do Banco Central (BC) afirmaram ontem que, se a categoria não estiver incluída na medida provisória com o reajuste para os policiais, a greve será mais "severa" e poderá interromper, total ou parcialmente, o Pix — sistema de pagamento instantâneo. No início da

semana, o grupo anunciou greve por tempo indeterminado a partir de 1º de abril, após se reunir em uma assembleia e ter a adesão de 90% do quadro de servidores.

"Se os técnicos e analistas do BC não estiverem nesta Medida Provisória, a greve será ainda mais forte e poderá interromper, total ou parcialmente, o Pix, a distribuição de moedas e cédulas, a

divulgação do boletim Focus e de diversas taxas, o funcionamento do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), a mesa de operações do Demab e outras atividades", advertiu, em nota, o Sindicato Nacional de Funcionários do Banco Central (Sinal).

O presidente do Sinal, Fábio Faiaid, observou que a greve dos servidores da autarquia

respeitará a Lei de Serviços Essenciais, mas lembrou que o Pix e outras atividades do BC não se encontram dentro do escopo da lei, portanto, podem sofrer paralisações parciais e até totais.

Na terça-feira, o BC emitiu nota para informar que possui planos de contingência para assegurar serviços essenciais à população, como o Pix. "A autarquia tem planos de contingência para manter o funcionamento dos sistemas críticos para a população, os mercados e as operações das instituições reguladas, tais como STR, Pix, Selic, entre outros", diz o Banco Central.

Atos públicos

A semana tem sido marcada por manifestações e atos dos servidores públicos federais de diversas categorias em Brasília. Ontem, funcionários públicos participaram de uma caminhada com paradas em três ministérios: Saúde, Trabalho e Previdência e Economia. A finalidade é exigir do governo a abertura imediata das negociações para a recomposição salarial emergencial de 19,99%.

O movimento ressalta que os servidores estão há cinco anos com os salários congelados. As categorias afirmam que, desde o início do ano, buscam diálogo para reparar a defasagem salarial, porém o governo segue sem aceitar negociação.

Vitória para os catadores

O Ministério do Trabalho e da Previdência atualizou a classificação dos catadores de material reciclável. Conforme os termos estabelecidos pelo decreto 10.761 de 2 de agosto de 2021, esses trabalhadores passam a ser considerados "agentes de reciclagem de materiais".

Essa mudança permitirá à categoria, que compreende 800 mil trabalhadores no país, ter acesso ao regime de aposentadoria especial. Segundo o deputado distrital Rodrigo Delmaso (Republicanos), a medida permitirá aos trabalhadores que já estão nesta atividade uma redução direta na aposentadoria em cinco anos na idade e cinco anos na contribuição. O benefício vale tanto para homens quanto para mulheres.

"Essa é uma luta de mais de 20 anos de todas as cooperativas dos antigos catadores e hoje agentes de reciclagem, para fazer justiça a esses trabalhadores",

comentou o parlamentar.

De saída do ministério do Trabalho e da Previdência para concorrer ao governo do Rio Grande do Sul, Onyx Lorenzoni reconheceu a importância do ato. "Milhões de pessoas estão sendo beneficiadas. A história da reciclagem no Brasil foi uma até este momento e será outra daqui para frente", disse.

Estimativas indicam que existem quase 800 mil catadores no Brasil. Considerando as famílias desses trabalhadores, a medida deve beneficiar cerca de 4 milhões de pessoas. Apenas o Distrito Federal conta com aproximadamente 3.600 catadores, agora denominados agentes de reciclagem. Cerca de mil associados integram a Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal (Centcoop). Outros 600 fazem parte da cooperativa Rede Alternativa. E há dois mil catadores autônomos.

Motoboys

Se os trabalhadores da reciclagem obtiveram avanços, o mesmo não se pode dizer, ainda, dos motoristas de aplicativos. O governo federal trabalha em uma proposta para formalização dessa categoria, mas há muitas ressalvas. Entre as medidas em estudo, está a cobrança de uma alíquota obrigatória, destinada a cobrir o plano previdenciário, paga pelos prestadores de serviço. O desconto será feito na fonte, via eSocial. O vínculo empregatício continua a não existir entre as partes.

A princípio, serão definidas alíquotas diferenciadas para cada categoria e baseadas na renda líquida presumida. A ideia original era incluir os trabalhadores no conceito do microempreendedor individual, o MEI, mas o nível de inadimplência referente à modalidade fez com que a dinâmica mudasse.

Divulgação



Lorenzoni e Delmaso: medida beneficia 800 mil catadores

costumam contribuir para o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) nem qualquer outro plano de previdência.

"A maioria não faz contribuição, pois a situação em que se encontra a categoria hoje contribui para isso. Ela está cada vez mais desvalorizada, o entregador tem que ficar cada vez mais na rua e ganhando cada vez menos", observou. "Sem contar que os gastos com gasolina e manutenção da motocicleta só vêm aumentando", acrescentou.

Segundo o presidente da associação, a proposta elaborada pelo governo federal não deve melhorar a situação do segmento, considerando a cobrança feita na fonte. "Acredito que [a proposta] não vai ajudar, pois isso faz com que nós paguemos mais impostos". (Colabora Gabriela Bernardes e Maria Eduarda Angeli, estagiárias sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza)

Outro aspecto levado em conta é a melhoria das condições de trabalho dos prestadores de serviço por aplicativo, incluindo estruturas físicas onde os trabalhadores tenham acesso a água potável, tomadas, e local para alimentação.

De acordo com dados levantados pelo Fairwork Brasil, sediada no Oxford Internet Institute e no WZB Berlin Social

Science Centre, a maior parte dos trabalhadores por plataformas digitais no Brasil ganha menos de R\$ 5,50 por hora e tem dificuldade de acesso a banheiros e água para beber.

O presidente da Associação de Motoboys, Autônomos e Entregadores do Distrito Federal (AMAE-DF), Alessandro da Conceição, explica que os trabalhadores por aplicativo não